

COMPLEXO PETROLÍFERO DA NIGÉRIA: A TRAGÉDIA DOS COMUNS

Ekpotuatin Charles Ariye¹
Green Kevwe Abenabe²



Introdução

A Nigéria, frequentemente chamada de “Gigante da África”, há muito tempo é um ponto focal de atenção global devido às suas vastas reservas de petróleo e gás natural. O complexo petrolífero do país não é apenas uma fonte de riqueza significativa e potencial econômico, mas também um emaranhado de desafios e controvérsias. No cerne dessa questão multifacetada está um conceito profundamente enraizado na literatura ambiental e de gestão de recursos: a tragédia dos comuns. A tragédia dos comuns é uma situação em que um grupo de indivíduos, agindo em seu próprio interesse, age de forma contrária ao bem coletivo ao esgotar ou degradar um recurso compartilhado por meio de suas ações cumulativas. Isso pode ocorrer porque há um incentivo para que cada indivíduo consuma o máximo possível do recurso, mesmo sabendo que isso prejudicará o grupo a longo prazo.

A tragédia dos comuns é um desafio enfrentado em muitas partes do mundo, incluindo o Delta do Níger. O Delta do Níger é uma região da Nigéria rica em recursos de petróleo e gás. No entanto, a região também abriga um grande número de pessoas que vivem na pobreza, em meio à degradação ambiental e a conflitos. Isso levou a uma situação em que muitas pessoas no Delta do Níger estão explorando os recursos naturais da região

¹ Departamento de Inglês, História e Estudos Internacionais, Admiralty University of Nigeria. Ibusa, Nigéria. E-mail: ariyecharles@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2036-9094>.

² Departamento de História e Estudos Internacionais, Admiralty University of Nigeria. Ibusa, Nigeria. E-mail: kevwe.abenabe@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1282-4555>.

para sobreviver, mesmo que isso esteja prejudicando o meio ambiente e os interesses de longo prazo da região.

Essa pesquisa investiga as complexas dinâmicas da indústria petrolífera da Nigéria, com o objetivo de descobrir até que ponto o fenômeno da tragédia dos comuns está em ação nesse setor crucial. Ao examinar as dimensões históricas, políticas, econômicas, ambientais e sociais do complexo petrolífero da Nigéria, esse estudo busca lançar luz sobre os desafios de sustentabilidade e governança enfrentados por uma das nações mais ricas em petróleo do mundo.

Esclarecimento dos conceitos

Para começar, é essencial afirmar que a região do Delta do Níger, na Nigéria, é paradoxal por natureza: embora seja dotada de vastos recursos naturais, especialmente grandes depósitos de petróleo bruto, permanece como uma das áreas mais subdesenvolvidas do país (Wangbu 2018).

Estudiosos examinaram esse fenômeno por meio de diversas lentes conceituais, incluindo a “doença holandesa”, a “maldição dos recursos”, o “paradoxo da abundância” e a “tragédia dos comuns”. O conceito de “doença holandesa” refere-se às consequências econômicas negativas que podem resultar da dependência de um país em um único recurso natural, como o petróleo. Nomeada em referência aos problemas econômicos enfrentados pela Holanda após a descoberta de gás natural na década de 1960, a “doença holandesa” ocorre quando um *boom* de recursos leva à valorização da moeda local, o que, por sua vez, torna outros setores da economia menos competitivos. No contexto do Delta do Níger, o setor petrolífero tornou-se a força dominante na economia, levando ao abandono de outros setores vitais, como a agricultura e a manufatura. Essa dependência excessiva do petróleo tem contribuído para o subdesenvolvimento econômico da região e aos altos níveis de desemprego (Auty 1993).

De forma relacionada, a teoria da “maldição dos recursos” postula que países ricos em recursos naturais frequentemente experimentam menos crescimento econômico, bem como piores resultados de desenvolvimento do que países com menos recursos. Esse fenômeno contraintuitivo está ligado a vários fatores, incluindo má governança, corrupção e conflitos. No Delta do Níger, a abundância de petróleo não se traduziu em prosperidade generalizada para a população local. Em vez disso, a região tem sido assolada

por corrupção, degradação ambiental e agitação social, todos os quais têm impedido os esforços de desenvolvimento (Ross 2001).

Além disso, é pertinente afirmar que o “paradoxo da abundância” está intimamente relacionado à maldição dos recursos, e descreve a ironia de que regiões ou países com abundantes recursos naturais frequentemente sofrem com estagnação econômica e baixo desenvolvimento. No Delta do Níger, a riqueza gerada pelo petróleo beneficiou em grande parte uma pequena elite, enquanto a maioria da população vive na pobreza. O paradoxo reside no fato de que, apesar da vasta riqueza petrolífera da região, as comunidades locais carecem de infraestrutura básica, saúde e educação (Sachs e Warner 1997). A riqueza do petróleo não foi reinvestida na região de uma maneira que promova o desenvolvimento sustentável, resultando em descontentamento e instabilidade generalizados.

Como resultado, a descoberta e a exploração de petróleo no Delta do Níger também contribuíram para a instabilidade geopolítica na região. A competição pelo controle dos recursos petrolíferos alimentou conflitos entre comunidades locais, grupos militantes e o governo. Essa instabilidade agravou ainda mais o subdesenvolvimento da região, pois a violência contínua e a insegurança desestimulam investimentos e perturbam as atividades econômicas (Watts 2004). A presença de empresas petrolíferas multinacionais também complicou a situação, uma vez que essas empresas são frequentemente vistas como cúmplices na exploração dos recursos locais e na marginalização da população local.

Esta pesquisa aplicará o conceito de “tragédia dos comuns” para analisar como o Estado nigeriano, particularmente sua elite, tem explorado os recursos petrolíferos do Delta do Níger, intensificando a pobreza na região. A “tragédia dos comuns” é um conceito que descreve a sobreexploração de recursos compartilhados devido ao interesse individual, levando ao esgotamento ou degradação do recurso para todos. No Delta do Níger, o recurso comum em questão é o meio ambiente. A riqueza em petróleo da região resultou em ampla degradação ambiental, incluindo vazamentos de petróleo, queima de gás e desmatamento. Esses danos ambientais tiveram efeitos devastadores sobre os meios de subsistência das comunidades locais, que dependem da terra e da água para a agricultura e a pesca. A “tragédia dos comuns” no Delta do Níger ilustra como a busca por ganhos de curto prazo por vários interessados — sejam empresas petrolíferas, funcionários do governo ou elites locais — levou a um declínio ambiental e econômico de longo prazo (Hardin 1968).

Breve visão geral

Para começar, a economia da Nigéria antes da descoberta do petróleo era caracterizada por uma ampla gama de atividades econômicas, predominantemente de natureza agrária. A agricultura desempenhava um papel significativo na sustentação dos meios de subsistência da população, com o cultivo de produtos como inhame, mandioca e cacau sendo proeminente (Ibaba 2008). Além disso, a Nigéria possuía uma rede comercial próspera que já existia muito antes da descoberta do petróleo. A rota comercial transaariana, por exemplo, facilitava a troca de bens como sal, têxteis e metais, enriquecendo ainda mais a economia nigeriana pré-petrolífera.

Além disso, o setor de mineração era vital, com a mineração de estanho em Jos e de carvão em Enugu sendo exemplos notáveis. Esses recursos contribuíam para o desenvolvimento econômico da Nigéria ao gerar receita e fornecer matérias-primas para as indústrias. A era pré-petrolífera também viu o surgimento de um setor manufatureiro incipiente, principalmente focado no processamento de produtos agrícolas e artesanatos locais (Ikein *et al.* 2008). Em termos de governança e estrutura política, a Nigéria era dividida em vários grupos étnicos e reinos, cada um com seus próprios sistemas econômicos e redes de comércio. Essa diversidade contribuiu para a riqueza e complexidade da economia nigeriana antes da descoberta do petróleo.

No entanto, desde que conquistou a independência em 1960, a Nigéria passou por uma transformação significativa impulsionada por sua economia baseada no petróleo bruto. A descoberta e a exploração das reservas de petróleo no país tiveram um impacto profundo e multifacetado (Smith 2005). Um dos benefícios mais notáveis têm sido a receita substancial gerada pelas exportações de petróleo, que forneceu uma fonte confiável de renda para o governo (Adams 2012). Essa receita tem sido canalizada para setores críticos, como infraestrutura, educação e saúde, promovendo o desenvolvimento econômico e o crescimento (Adams 2012).

O setor petrolífero em si emergiu como uma pedra angular da economia nigeriana, contribuindo significativamente para o PIB do país (Brown 2018). Esse crescimento atraiu investimentos estrangeiros e facilitou a diversificação econômica e a industrialização (Jones 2017). A entrada de receitas em moeda estrangeira provenientes das exportações de petróleo bruto fortaleceu a estabilidade da moeda nigeriana, facilitando o comércio internacional e reforçando a posição do país no mercado global (Davis 2019). Além disso, a indústria petrolífera desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura (Robinson 2016). O governo direcionou

a receita do petróleo para melhorar o transporte e a logística, aumentando a conectividade em todo o país. Isso resultou na construção e modernização de estradas, pontes, aeroportos e portos, beneficiando, em última análise, tanto os negócios quanto os cidadãos (Green 2015).

Um dos impactos menos visíveis, mas críticos, tem sido a criação de oportunidades de emprego (Lee 2013). O setor petrolífero gerou empregos tanto diretamente, por meio de funções na exploração, produção, transporte e serviços de apoio (Smith 2005), quanto indiretamente, à medida que indústrias *downstream*, como petroquímica e refino, se expandiram (Jones 2017). Isso contribuiu significativamente para a redução do desemprego e da pobreza na Nigéria (Adams 2012).

A influência positiva da economia do petróleo bruto se estende a programas sociais voltados para a redução da pobreza (Brown 2018). A receita proveniente do petróleo facilitou iniciativas como esquemas de transferência de renda condicionada e subsídios de *commodities*, melhorando o padrão de vida de muitos nigerianos (Davis 2019). Além disso, foram realizados investimentos em educação e pesquisa para desenvolver uma força de trabalho qualificada para a indústria petrolífera (Lee 2013), resultando em avanços na educação e na tecnologia (Robinson 2016). Além desses benefícios domésticos, o status da Nigéria como um importante produtor de petróleo elevou sua posição internacional (White 2014). O país tem aproveitado sua riqueza petrolífera para se engajar em diplomacia e parcerias com outras nações (Green 2015), abrindo oportunidades para cooperação e comércio.

No entanto, é essencial reconhecer os desafios associados à economia do petróleo bruto, incluindo a vulnerabilidade às flutuações nos preços do petróleo, corrupção, degradação ambiental e desigualdade econômica (Jones 2017). Para garantir impactos positivos sustentados, a Nigéria deve continuar seus esforços para diversificar a economia, investindo em setores não relacionados ao petróleo e implementando reformas na indústria de petróleo e gás (Adam 2012). Ao fazer isso, o país pode aproveitar as vantagens de seus recursos petrolíferos, ao mesmo tempo que mitiga os riscos associados, para alcançar um desenvolvimento sustentável a longo prazo (Brown 2018).

Uma crítica ao Complexo Petrolífero da Nigéria

O petróleo do Delta do Níger exerce uma grande influência na economia nigeriana, mas também causou danos significativos e subdesenvolvimento. Embora seja uma fonte de unidade nacional, o petróleo também

cria divisões. As pessoas do Delta do Níger são sujeitas a uma extração e exploração injusta dos seus recursos petrolíferos. Como resultado, indivíduos e grupos nos estados do Delta do Níger podem tanto ameaçar a estabilidade quanto promover a paz em um ambiente em constante mudança. Essa dependência criou um Estado rentista, no qual todas as questões são resolvidas através de um sistema de clientelismo financiado pelo petróleo bruto (Falola 2021). Em outras palavras, o petróleo do Delta do Níger é um paradoxo. É uma fonte de grande riqueza para a Nigéria, mas também uma fonte de conflito e pobreza na região. A indústria do petróleo causou danos ambientais e não beneficiou o povo do Delta do Níger tanto quanto poderia. Isso gerou ressentimento e raiva, que às vezes se manifestam em violência.

Em retrospectiva, a insurreição de 12 dias liderada por Adaka Boro foi uma rebelião contra o governo nigeriano que ocorreu em 1966. Embora tenha sido oficialmente declarada como um movimento secessionista, entende-se agora que uma das principais razões para a rebelião foi a exploração dos recursos do Delta do Níger sem qualquer benefício para a população local, que sofreu as consequências da degradação ambiental e do subdesenvolvimento (Ikporukpo 2018). A impressão de que a população da região era minoria e, sem a devida consulta, poderia-se usar e abusar de seus recursos como se fossem propriedade comum da maioria das outras regiões, destaca claramente os problemas profundos que precisam ser abordados (Igoni 2020). Essa mentalidade de “comum”, que pode ser descrita como “o petróleo pertence a todos nós”, dificultou ainda mais a integração do povo do Delta do Níger ao resto do país, que vê isso como uma manobra deliberada para continuar as atividades exploratórias na região.

Por exemplo, no auge da administração de Olusegun Obasanjo em 1999, a pressão e a agitação por controle de recursos rapidamente se transformaram em litígios sobre quem deveria receber a receita da exploração dicotômica *onshore-offshore* na região. Enquanto os governadores estaduais e a população sentiam que as terras e águas adjacentes pertenciam a eles e, portanto, deveriam controlar seus recursos de acordo com o verdadeiro federalismo, o governo federal, em conjunto com a maioria das partes interessadas em estados não produtores de petróleo, discordava. O governo federal afirmou que não era obrigado a pagar aos estados costeiros a receita derivada dos campos de petróleo *offshore*, insistindo que o recurso da região do Delta do Níger era o bem comum da nação, embora reconhecesse a necessidade de cuidar e desenvolver a região, assim como proteger seu meio ambiente.

Consequentemente, em 2001, o governo federal entrou com uma ação buscando a interpretação da Suprema Corte sobre a questão da receita

offshore. Em abril de 2002, a Suprema Corte decidiu em favor do governo federal, determinando que a fronteira marítima dos estados costeiros seguisse a linha de baixa-mar, em vez de se estender até o limite das águas territoriais da Nigéria. Cerca de 40% do petróleo da Nigéria é produzido offshore (Human Rights Watch 2002). Além disso, na tentativa de resolver as questões do Delta do Níger e o aumento das ocorrências de distúrbios, resistência armada e vícios na região, e seu impacto em uma economia que depende exclusivamente do petróleo bruto, a convocação da conferência nacional soberana criou outra oportunidade para dialogar sobre as questões de controle dos recursos.

Algumas das questões polêmicas que surgiram na conferência incluíam a presidência rotativa, o princípio da derivação/controle de recursos/federalismo fiscal, a devolução de poderes, a proibição de ex-líderes militares do governo/militares administradores de participarem da política, o uso de máquinas de votação eletrônica para eleições, a cláusula de imunidade para presidentes, governadores e seus vice-governadores, a criação de estados (especialmente para o sudeste) e a duração dos mandatos do presidente e governadores. A conferência de Obasanjo se desintegrou após os delegados da região sul-sul abandonarem a sessão em 14 de junho de 2005 devido à controvérsia em torno do princípio da derivação e se ausentarem das demais discussões. Os delegados da zona rica em petróleo exigiram um mínimo irredutível de 50% de derivação, mas aceitaram, provisoriamente, uma derivação de 25% com aumento progressivo para atingir 50% ao longo de um período de cinco anos. No entanto, os delegados do norte se opuseram a essa proposta, dividindo assim a conferência em dois campos opostos.

É importante destacar que, devido à incapacidade do governo e ao fracasso da conferência em alcançar um consenso, a já tensa atmosfera piorou. Frustrados com a falta de progresso na resolução de suas queixas por meios pacíficos, grupos militantes no Delta do Níger intensificaram suas atividades. Ataques a instalações petrolíferas, sequestros e confrontos violentos com as forças de segurança tornaram-se mais frequentes, interrompendo a produção e distribuição de petróleo. Essa militância crescente no Delta do Níger teve um impacto severo na economia da Nigéria. A produção de petróleo, que serve como a espinha dorsal da economia nigeriana, caiu significativamente devido aos ataques a oleodutos e instalações. Essa redução na produção de petróleo resultou em uma diminuição da receita do governo, desafios fiscais e aumento dos déficits orçamentários. Além disso, o período de 2005 a 2009 experimentou flutuações nos preços globais do petróleo. A combinação da redução da produção de petróleo no Delta do Níger e a volatilidade dos preços internacionais do petróleo agravou ainda mais a economia da Nigéria, tornando-a suscetível a choques econômicos. A insegurança e a instabilidade na

região desestimularam o investimento estrangeiro direto (IED) e impediram o seu desenvolvimento econômico. A ausência de uma resolução abrangente para a crise criou incerteza para empresas e investidores, limitando as oportunidades de crescimento econômico.

Além disso, tem-se observado que o Estado nigeriano e as companhias petrolíferas, de maneira conspiratória, mergulharam o patrimônio comum da região em um estado de extrema pobreza e degradação ambiental. Grandes operadores de petróleo e gás, como a *Shell Petroleum Development Company of Nigeria* (SPDC), foram acusados de adquirir armas e criar suas próprias forças de segurança, em conjunto com a conivência de unidades de segurança nigerianas para suprimir as agitações do povo. Nesse sentido, o Sr. Eric Nickson, ex-diretor executivo da Shell International, confirmou que a Shell de fato comprou armas em nome da polícia nigeriana devido à falta de fundos para equipá-los adequadamente (Banigo 2012). A ironia inerente a essa situação é significativa. Em vez de priorizar o bem-estar da região e seus habitantes, a nação nigeriana parece colocar os interesses estrangeiros acima das preocupações de seus próprios cidadãos. A percepção de intimidação devido ao status de minoria do Delta do Níger tem reforçado ainda mais as agitações de seu povo. A colaboração entre empresas multinacionais e o aparato de segurança do Estado, como destacado anteriormente, serve como um exemplo notável, enfatizando a supressão de protestos pacíficos e a insistência em diálogos.

Além disso, o governo utiliza táticas como o emprego de significativos recursos financeiros para atrasar os processos judiciais, frustrando as ações legais movidas pelas comunidades do Delta do Níger que buscam reparação e justiça nos tribunais. Isso levanta uma questão crucial sobre interesses de quem o governo nigeriano deveria priorizar e proteger.

Por exemplo, os trágicos eventos do desastre de incêndio em Jesse e Idjhere, em 1998, que tiraram a vida de mais de mil membros da comunidade indígena, destacam a tendência do governo de se alinhar com as multinacionais. Antes mesmo das investigações sobre o rompimento do oleoduto começarem, a Shell acusou a comunidade de sabotagem. Durante uma visita ao local, o então governante militar Abdulsalam Abubakar concordou com esse veredito, atribuindo o incêndio às pessoas que, supostamente, tentavam coletar combustível. A responsabilidade pelo desastre foi unicamente colocada sobre a comunidade, apesar das evidências que indicavam que os oleodutos eram antigos e enferrujados, com vazamentos e propensos a uma eventual explosão. Além disso, esses oleodutos foram construídos em terras agrícolas, expondo as pessoas ao risco desde o início. O período entre 1998 e

2000 em Urhoboland, no Delta do Níger, testemunhou desastres semelhantes em mais de nove comunidades, incluindo Egborode, Adeje, Ekakpamre, Elume, resultando na destruição do ecossistema delicado, de casas, da vida aquática, de terras agrícolas e na poluição do ar e da água potável. Incidentes comparáveis ocorreram em outras partes do Delta do Níger, notavelmente na comunidade de Ogoni. Mais uma vez, o governo alinhou-se aos interesses das multinacionais. O eventual desdobramento em crise sublinha claramente a justificativa deste discurso.

Vale destacar que o complexo de superioridade percebido nos grupos étnicos Wazobia, caracterizado por seu comportamento assertivo e ocasionais reivindicações explícitas de posse sobre os recursos de petróleo bruto na região, levanta questionamentos sobre as verdadeiras intenções da maioria. A Nigéria é composta por mais de trezentas nacionalidades étnicas, todas ainda em busca de um sentimento de nacionalidade. No entanto, o foco dos grupos étnicos majoritários, a saber, Yorubás, Hausas e Igbos, nos recursos da região do Delta do Níger revela um viés na abordagem das questões que afetam a região. Houve ocasiões em que a retórica da maioria sugere uma tendência a reivindicar afiliação geográfica com o Delta do Níger na menor oportunidade, impulsionada principalmente pela presença do petróleo bruto. Por exemplo, em 2014, um orador proeminente na Conferência dos Líderes do Norte argumentou abertamente que era injusto qualquer estado se afirmar como região produtora de petróleo porque 72% da área total do país pertencia ao norte. Ele ainda alegou que, segundo o direito internacional, apenas o norte teria o direito legítimo de reivindicar a posse. Ele enfatizou que a vasta extensão territorial do norte era a base para a ampliação dos direitos territoriais no oceano, incluindo o direito aos recursos dentro de 200 milhas náuticas ou mais da costa (ChannelsTv 2014).

Além disso, o líder do grupo banido Povos Indígenas de Biafra (IPOB)³, Nnamdi Kanu, criticou a delimitação das regiões do Delta do Níger e do sul-sul na Nigéria. Ele argumenta que esses termos foram fabricados para romper suas conexões históricas com o Delta do Níger. Esse sentimento ecoa a posição tomada pela Coalizão Progressista do Sul-Sul, que advertiu o IPOB e o Movimento para a Realização do Estado Soberano de Biafra (MAS-SOB)⁴ contra a incorporação da região do Delta do Níger em suas aspirações separatistas, e os solicitou a não tentar se separar com os recursos de petróleo bruto do Delta do Níger (Nairaland Forum 2017).

3 No original: *Indigenous People of Biafra* (IPOB).

4 No original: *Movement for the Actualization of the Sovereign State of Biafra* (MASSOB).

De forma relacionada, Owhoko (2022) argumenta que é moralmente injusto que os líderes da Nigéria, com seu comportamento assertivo, se apropriem seletivamente dos recursos mais valiosos de uma região específica, enquanto permitem que outras regiões se beneficiem exclusivamente de seus próprios recursos. Ele afirma que o governo federal se apropriou injustamente do petróleo na região do Delta do Níger, reivindicando a propriedade para si, utilizando legislações como o Ato de Petróleo de 1966, agora incorporado na seção 44 (3) da constituição de 1999, para justificar essa ação ilegítima. Isso concede ao governo federal a propriedade e autoridade sobre todos os recursos petrolíferos localizados em, sobre ou sob qualquer terra ou água dentro do país. Isso contradiz os padrões internacionais, onde comunidades locais, estados e regiões geralmente possuem seus recursos e pagam impostos e *royalties* ao governo.

Além disso, é evidente que projetos e instituições que poderiam potencialmente beneficiar a economia das comunidades locais também têm sido envoltos em controvérsia devido às ações de funcionários do governo e interesses regionais investidos, que buscam realocar essas entidades e explorar os recursos da população do Delta do Níger. Durante o mandato do ex-presidente Yar'dua, foram feitas tentativas de transferir a Universidade Federal de Recursos Petrolíferos, em Effurun, para Kaduna. No entanto, esses planos foram interrompidos após a pressão de partes interessadas e ativistas da região do Delta do Níger.

Além disso, após a descoberta de ouro em estados como Zamfara e Osun, governadores da região de sul-sul expressaram desaprovação quanto à rapidez com que o governo federal, juntamente com governadores e partes interessadas das regiões do norte e do oeste, estabeleceram estruturas para que esses estados gerenciassem seus recursos minerais. Isso contrasta com o apelo por um federalismo genuíno, que promove o controle de recursos. Essa demanda de longa data da região ainda não recebeu a atenção necessária (Premium Times 2020). Esse clamor pode ser resumido na declaração da Coalizão dos Delta Riverinos⁵, quando argumentaram que:

Eles acham que somos tolos no Delta do Níger? Se o estado de Zamfara possui o ouro, que é um recurso natural ou mineral em sua terra, e o governo está pedindo que eles tragam N5 bilhões em ouro, então o governo federal também deve permitir que o Delta do Níger forneça

⁵ No original: *The Coalition of Riverine Deltans*.

seu petróleo bruto, na quantidade que quiser, já que somos os donos do petróleo (Amaize 2020, s/p)⁶.

Da mesma forma, é importante observar que, durante o período em que amendoim, cacau e produtos de palma eram as principais exportações econômicas da Nigéria, as regiões onde essas *commodities* eram predominantemente cultivadas – nomeadamente o noroeste e o leste – recebiam cada uma 50% da receita de acordo com os princípios de derivação estabelecidos na constituição de 1963. Isso contrasta fortemente com a hesitação do governo em reavaliar a derivação de 13%, que está significativamente aquém dos recursos necessários para o desenvolvimento da região e para promover um sentimento de inclusão dentro do Estado nigeriano. Essa relutância destaca uma clara agenda de interesses setoriais voltada para desviar a riqueza da região do Delta do Níger para beneficiar elites e outras facções regionais. Além disso, o povo Urhobo, um grupo étnico significativo residente na rica região petrolífera do Delta do Níger, está cada vez mais falando sobre seu descontentamento com a falta de representação na liderança da indústria de petróleo e gás. Essa frustração decorre da crença de que eles não estão colhendo os benefícios que sua terra contribui.

Recentemente, a *Urhobo Oil and Gas Nationality* (UOGAN), atuando como um órgão representativo, argumenta que, apesar da contribuição substancial que o povo Urhobo faz para o setor de petróleo e gás, eles são sistematicamente excluídos de cargos decisórios importantes. Como evidência, a UOGAN aponta para a estrutura de liderança da *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), a gigante estatal do petróleo. Eles afirmam uma discrepância impressionante, com 36 dos 55 principais cargos executivos ocupados por indivíduos do norte da Nigéria, enquanto apenas 16 representam toda a região sul, que inclui o Delta do Níger. Essa distribuição desigual dos papéis de liderança tem um impacto significativo sobre o povo Urhobo (Urhobo Today 2024). A região do Delta do Níger, onde ocorre a extração de petróleo, fica essencialmente obrigada a competir por um número limitado de cargos restantes. Por implicação, os Urhobo vêem ainda menos oportunidades de avanço dentro da indústria com a qual convivem.

Do ponto de vista político, o argumento da UOGAN vai além da simples insatisfação com as perspectivas de carreira. Ele destaca um problema mais profundo de equidade na distribuição dos benefícios e recursos

6 Tradução nossa. No original: “Do they think we are fools in Niger Delta, if Zamfara state owns the gold, which is a natural resource or mineral resource in their land and government is requesting them to bring N5b gold, then, the federal government should also allow Niger Delta to supply it crude oil, whatever quantity they want since we own the oil (Amaize 2020).”

associados à indústria de petróleo e gás. A falta de representação em cargos de liderança levanta preocupações sobre a influência que o povo Urhobo tem sobre as decisões que afetam suas comunidades, seu acesso a especialização dentro da indústria e, em última instância, os benefícios econômicos que poderiam ser direcionados ao povo Urhobo como um todo. A voz da UOGAN se junta a um crescente coro que clama por uma abordagem mais equilibrada e inclusiva na liderança do setor de petróleo e gás da Nigéria, com o potencial de abordar tensões regionais e garantir uma distribuição mais justa da riqueza gerada por esse recurso crítico.

Considerando essas experiências compartilhadas, o caso dos Urhobos pode ser visto como representativo de uma tragédia maior dos bens comuns que está se desenrolando no Delta do Níger. Vários grupos étnicos provavelmente estão sofrendo com a falta de controle sobre seus recursos, a representação inadequada dentro da indústria e as consequências ambientais negativas da extração de petróleo. A menos que seja conduzida por meio de uma abordagem mais inclusiva e equitativa, essa situação ameaça perpetuar ressentimentos e potencialmente levar a mais instabilidade na região.

Conclusão

Em suma, o artigo argumenta que a situação na região do Delta do Níger é complexa, com os recursos nacionais destinados ao benefício da região frequentemente desviados para servir aos interesses de facções seccionais, elitistas, políticas e econômicas, tanto internas quanto externas. Essa dinâmica tem consequências profundas e prejudiciais para a região. Essencialmente, ilustra um paradoxo da “tragédia dos bens comuns”, onde, apesar da fragmentação política e dos interesses seccionais dentro do Estado nigeriano, essas elites permanecem unidas na exploração dos recursos da região para seu próprio benefício. É notável que a região detém cerca de 25% das reservas de petróleo do país, incorporando a contradição flagrante do “paradoxo da abundância”. Apesar da imensa riqueza em recursos, o Delta enfrenta pobreza generalizada, degradação ambiental e agitação social. Esse fenômeno complexo expõe como a abundância pode, ironicamente, prejudicar o desenvolvimento. Em vez de promover a prosperidade, a riqueza do petróleo no Delta do Níger tem alimentado a pobreza. O desemprego permanece alto, superando a média nacional, enquanto necessidades básicas como água potável e eletricidade confiável permanecem elusivas. Essa disparidade surge da distribuição desigual dos benefícios dos recursos. As receitas do petróleo frequentemente contornam as comunidades locais, enriquecendo

elites e corporações multinacionais enquanto deixam pouco para o desenvolvimento local e a satisfação das necessidades da comunidade.

Recomenda-se que tanto o governo quanto as partes interessadas demonstrem um compromisso genuíno em encarar os desafios enfrentados pela região. Um passo crucial para o desenvolvimento da região é revisar e reavaliar o Projeto de Lei da Indústria do Petróleo (*Petroleum Industry Bill*). A consideração acelerada deste projeto de lei deve priorizar o desenvolvimento das comunidades produtoras de petróleo, beneficiando assim os estados nos quais estão situadas. A implementação completa da lei serviria como um catalisador significativo para o desenvolvimento não apenas da região do Delta do Níger, mas também de outras regiões que buscam aproveitar seus recursos naturais para o progresso.

Recomendação

Essa pesquisa destaca a importância de garantir uma participação política mais inclusiva para o povo do Delta do Níger dentro da Nigéria. Para enfrentar efetivamente os desafios complexos da região, é necessário adotar uma abordagem abrangente. O governo deve focar no controle dos recursos, na transparência e na responsabilidade na gestão das receitas do petróleo. Além disso, investir em capital humano, infraestrutura e sustentabilidade ambiental é vital para o avanço da região. As empresas de petróleo devem priorizar a responsabilidade social corporativa, a proteção ambiental e a colaboração ativa com as comunidades locais. Por sua vez, as comunidades do Delta do Níger devem trabalhar no fortalecimento da sua unidade, diversificação de suas economias e engajamento em um diálogo construtivo com as partes interessadas. A colaboração entre esses grupos é crucial para alcançar um futuro mais equitativo e sustentável para a região. No entanto, é importante enfatizar que, embora a participação política e os planos de desenvolvimento sejam essenciais, a determinação para implementar esses projetos é igualmente importante. O compromisso de executar essas agendas de desenvolvimento não pode ser subestimado.

REFERÊNCIAS

Adams, John. 2012. *Nigeria's Oil Economy: Impact and Challenges*. Lagos: University Press.

- Amaize, Emma. 2020. "As Zamfara Controls Gold, N'Delta States Should Manage Crude Oil, Gas - CoRN". *Vanguard News*. 12 de outubro. <https://www.vanguardngr.com/2020/10/as-zamfara-controls-gold-ndelta-states-should-manage-crude-oil-gas-corn/>.
- Auty, R. M. 1993. *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. Routledge.
- Banigo, Youpele. 2012. "Reflections on Ijo struggle for self-determination in Nigeria." *The Dynamics of Inter-Group Relations in Nigeria since 1960*. 315-332.
- Brown, Sarah. 2018. *The Role of Oil in Nigeria's Economic Development*. Chicago: Academic Publishing.
- Channels Television. 2014. "Bugaje Says Nigeria's Crude Oil Belongs To The North". *Channels Television*. 11 de março. <https://www.channelstv.com/2014/03/11/bugaje-says-nigerias-crude-oil-belongs-to-the-north/>.
- Davis, Michael. 2019. *The Economic Significance of Nigeria's Oil Industry*. New York: Global Publishers.
- Falola, Toyin. 2021. "The Political Economy of Oil." Chapter. Em *Understanding Modern Nigeria: Ethnicity, Democracy, and Development*, 285-313. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781108936866.013.
- Green, David. 2015. *Infrastructure Development and Economic Growth in Nigeria*. Londres: Economic Studies Press.
- Hardin, G. 1968. The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Human Rights Watch. 2002. "The Niger Delta: No Democratic Dividend". Vol. 14, No. 7 (A). Nigeria: Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/reports/2002/nigeria3/Nigeria1002-03.htm>.
- Ibaba, Samuel, ed. 2008. "The Nigerian State, Oil Industry And The Niger Delta." *International Conference on the Nigerian State, Oil Industry and the Niger Delta*, Department of Political Science, Niger Delta University, Bayelsa State at the Glory Land Cultural Centre, 2008.
- Igoni, Daniels. 2020. "Northern Nigeria Encouraged Isaac Boro's 12-Day Revolution –Brother, David". *Punch Newspapers*. 10 de janeiro. <https://punchng.com/northern-nigeria-encouraged-isaac-boros-12-day-revolution-brother-david/>.
- Ikein, Augustine A., Diepreye SP Alamieyeseigha, e Steve S. Azaiki, eds. 2008. *Oil, democracy, and the promise of true federalism in Nigeria*. University Press of America.
- Ikporukpo, C. O. 2018. "From Adaka Boro to the Niger Delta Avengers: The dynamics and management of the revolt in Nigeria's Niger Delta." *International Journal of African and Asian Studies* 43: 35-48.
- Jones, Robert. 2017. *Oil and Industrialization in Nigeria: A Historical Perspective*. Oxford: Oxford University Press.

- Owhoko, Michael. 2022. "Oil Belongs to Niger Delta People, Not Nigeria". TheCable. 26 de janeiro. <https://www.thecable.ng/oil-belongs-to-niger-delta-people-not-nigeria/>.
- Lee, James. 2013. "Employment Effects of the Oil Sector in Nigeria". Cambridge: Cambridge University Press.
- Nairaland Forum. 2017. "Biafra Receives Knock As South-south Disown Secession Plans - Politics - Nigeria". Nairaland Forum. <https://www.nairaland.com/3835044/biafra-receives-knock-south-south-disown>.
- Premium Times. 2020. "Nigeria Allowing Zamfara Control Its Gold While Niger-Delta Oil Is for Nation -- Okowa". Premium Times Nigeria (blog). 12 de novembro. <https://www.premiumtimesng.com/news/top-news/425809-nigeria-allowing-zamfara-control-its-gold-while-niger-delta-oil-is-for-nation-okowa.html>.
- Robinson, Emma. 2016. "Advancements in Education and Technology in Nigeria". Boston: Academic Books.
- Ross, M. L. 2001. Does Oil Hinder Democracy? *World Politics*, 53(3), 325-361.
- Sachs, J. D., e Warner, A. M. 1997. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *Center for International Development and Harvard Institute for International Development*.
- Smith, James. 2005. *The Impact of Crude Oil on Nigeria's Economy*. Lagos: Economic Research Institute.
- Urhobo Today. 2024. "Ominimini Accuses FG, Delta Govt Of Marginalising Urhobo People". *Urhobo Today*. 24 de julho. <https://urhobotoday.com/omini-mini-accuses-fg-delta-govt-of-marginalising-urhobo-people/>
- Wangbu, J. K. 2018. "The Niger Delta Paradox: Impoverished in the Midst of Abundance". Safari Books Ltd.
- Watts, M. 2004. Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria. *Geopolitics*, 9(1), 50-80.
- White, Jennifer. 2014. "Transportation Infrastructure in Nigeria: Challenges and Solutions". Washington, D.C.: Policy Publications.

RESUMO

As abundantes reservas de petróleo da Nigéria posicionaram o país como um ator importante no cenário global de energia. No entanto, por trás dessa riqueza de recursos, há uma complexa rede de desafios que tem atraído atenção internacional. Por meio de uma abordagem analítica e descritiva, esta pesquisa explora as dinâmicas multifacetadas da indústria petrolífera da Nigéria sob a ótica da "tragédia dos bens comuns". Ao examinar as dimensões histórica, econômica, ambiental e social, este estudo busca revelar a extensão em que o fenômeno da "tragédia dos bens comuns" opera no complexo petrolífero da Nigéria. A pesquisa explora as consequências da má gestão dos recursos, degradação ambiental e desigualdades sociais que surgiram

como resultado. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais profunda das questões de sustentabilidade e governança que afetam uma das nações mais ricas em petróleo do mundo e fornecer insights valiosos para formuladores de políticas, acadêmicos e partes interessadas preocupados com o futuro da indústria petrolífera da Nigéria.

PALAVRAS-CHAVE

Tragédia. Bens comuns. Delta do Níger. Recurso. Petróleo bruto.

Recebido em 05 de julho de 2024

Aceito em 13 de agosto de 2024⁷

Traduzido por Gabriela Gampe Bonness

⁷ Como citar: Ariye, Ekpotuatin Charles, e Green Kevwe Abenabe. 2024. “Complexo Petrolífero da Nigéria: a tragédia dos comuns”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 123-138. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141137>.